

MESMO PRESO A UMA CADEIRA DE RODAS

# Juruna sai para combate

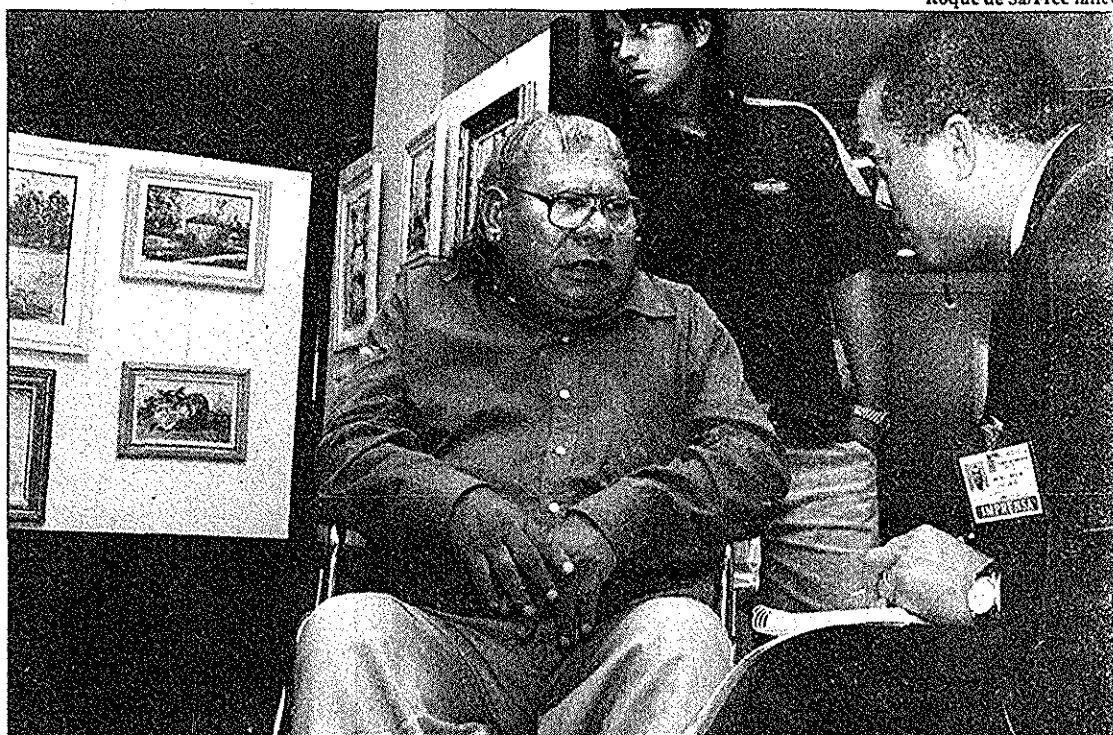
Roque de Sá/Free lance

O EX-DEPUTADO HOJE É ASSESSOR ESPECIAL DO PDT E MOSTRA QUE NÃO PERDEU AS CAUSAS POLÍTICAS. ELE QUER UM PRESIDENTE QUE USE O "VESTIDO" DO ÍNDIO

ANTÔNIO PAULO SUCURSAL

**B**RASÍLIA – Na semana que se prestou diversas homenagens pelo Dia do Índio – 19 de abril – a sucursal de A CRÍTICA encontrou nos corredores do Congresso Nacional o cacique Mário Juruna, o primeiro deputado índio do Brasil. Prestes a completar 70 anos, o polêmico xavante, eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, em 1982, já não anda. Doente, numa cadeira de rodas, o ex-deputado não estava pedindo esmolas ou favores pessoais a colegas deputados, mas tratava de assunto político. Acompanhado de um dos 30 netos, o cacique queria uma audiência com o líder do Governo no Congresso, o amazonense Artur Neto (PSDB). Revoltado com a política indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), Juruna foi pedir a “cabeça” do presidente da instituição, Lênio da Costa Alvarez, que ele considera perseguidor dos povos indígenas.

Citando o exemplo mais recente, o caso dos índios Kaingang, presos pela Polícia Federal, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, envolvidos em conflito de terras com agricultores da região, Mário Juruna credita a culpa à Funai. Para o cacique, a instituição que deveria lutar em favor das causas indígenas, é a primeira a incitar o



XAVANTE O cacique, hoje aos 70 anos, marcou história no Brasil, num momento político conturbado

conflito. As nomeações de representantes índios para cargos dentro da Funai, em vez de unir as comunidades, divide-as, por isso, o ex-deputado teria renunciado ao cargo que ocupava como assessor da fundação.

Hoje, Juruna é assessor especial do PDT, partido pelo qual foi eleito na década de 80 e recebe uma pensão especial da União por conta de um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria de parlamentares pedetistas.

Para o cacique, a situação dos povos indígenas no Brasil não mudou, “acho até que está pior do que na época dos militares”, diz num português quase incompreensível. O índio xavante também faz críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Disse que o presidente não deu a atenção

devida às comunidades e que a criação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), com um departamento exclusivo para cuidar da saúde indígena, não tem atendido às necessidades reais das populações.

Lembrando da época em que era deputado federal, Juruna diz ter saudade apenas das manifestações do “branco”, quando ia às ruas apoiar as causas dos índios. “O índio está enfraquecido. O povo branco está enfraquecido. Indigenistas e sertanistas também estão enfraquecidos”, lamentou o cacique.

Quando perguntado sobre o próximo presidente e em quem ele pretende votar nas eleições deste ano, o ex-deputado não tem preferências por candidatos. Diz que o ideal será aquele que tiver simpatia, amor e usar o “vestido

do índio” (sic). “O próximo presidente não pode mandar a Polícia Federal bater, humilhar o povo índio”, declarou.

Depois que deixou o Parlamento brasileiro, Mário Juruna não retornou à sua tribo, no Mato Grosso. No segundo casamento, com 11 filhos e 30 netos, mora no Guará, uma cidade satélite do Distrito Federal. O velho cacique passou a sofrer graves problemas de saúde, tendo de conviver diariamente com o tratamento da pancreatite, pneumonia e de problemas cardíacos que quase lhe tiraram a vida em 1997 e 1999. Internado no Hospital Sarah Kubitschek teve como seqüela a paralisia nos membros inferiores, deixando-o sem andar. Mesmo na cadeira de rodas, Juruna mostra que nem a doença lhe tirou do combate.

## CONTRA 'MENTIRAS'

### Gravador debaixo do braço entrou para a história

**BRASÍLIA** – Mário Juruna tornou-se conhecido em todo o Brasil em 1974, quando, na condição de cacique de sua tribo, passou a denunciar o extermínio sistemático dos povos indígenas pelos fazendeiros, a criticar o então general-presidente Emílio Garrastazu Médici pelo descumprimento de seu compromisso de reprimir o genocídio e ser um dos primeiros a reivindicar a criação das reservas indígenas no Brasil. Notando que as suas relações com os membros do Governo Federal,

em Brasília, eram baseadas no que ele chamava de “mentira”, Juruna passou a andar com um gravador portátil embaixo do braço para registrar os compromissos que as autoridades oficiais assumiam com sua comunidade indígena. O governo militar passou a desqualificar a fala de Juruna, esvaziando a gravidade das acusações que o cacique fazia e buscando desautorizá-lo perante os índios. Mas esta tentativa de intriga fracassou, assim como fracassou, em 1980, a ordem que o governo militar

baixava de impedi-lo de participar do 4º Tribunal Bertrand Russel, na Holanda, que apurava a denúncia de extermínio das populações indígenas na América Latina. Mário Juruna saiu do evento como o presidente de investigação. O cacique xavante ingressou no PDT, de Leonel Brizola, a convite do antropólogo Darcy Ribeiro, em 1981, e se candidatou no ano seguinte, pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal com 31.904 votos, sem dinheiro, sem experiência político-partidária, sem máquina e sem currais eleitorais. A eleição foi vencida com os votos dos cariocas não-índios, visto que nessa época seu povo não podia votar. O mandato de Mário Juruna terminou em 1986.



NOS ANOS 80 Cacique Juruna visita Manaus

AC-9/jul/80